JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano IV – Nº 747 – Brasília, quinta-feira, 22 de outubro de 1998

Entre Pedro Piva e Eugênio Staub (D), Antonio Carlos ouve a proposta do debate sobre a indústria

Empresários sugerem a ACM debate sobre a indústria nacional

Senador Pedro Piva, que acompanhou industriais paulistas, disse que não existe país forte sem indústria em expansão

Empresários paulistas ligados ao Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento Industrial propuseram ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, uma agenda de debates sobre o desenvolvimento industrial. "Precisamos resgatar a indústria como elemento de desenvolvimento nacional", afirmou o senador Pedro Piva(PSDB-SP), que acompanhou a comitiva.

Página 3

ELEIÇÕES

Senadores buscam aperfeiçoar sistema

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) quer estabelecer uma punição para os institutos que divulgarem pesquisas eleitorais que contenham grande divergência em relação ao resultado das urnas, a menos de cinco dias do pleito. Ele também quer proibir a divulgação das simulações a menos de dois dias da votação. Já o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defende que as campanhas eleitorais sejam financiadas com verbas públicas. Para ele, todos os partidos teriam assegurados os recursos para atingir o eleitor e se daria maior transparência ao processo.

Página 2

José Eduardo Dutra

Jefferson Péres

Agripino quer mudar normas para dívida

O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou projeto de resolução alterando normas de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e municípios, em operações relacionadas a pagamento de precatórios. O objetivo é evitar a necessidade de resgate no vencimento dos títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995, prevista na regulamentação atual.

PÁGINA 7

Campina Grande pede socorro contra a seca

A população de Campina Grande (PB), a maior cidade do interior do Nordeste, com 340 mil habitantes, corre o risco de ficar sem água sequer para beber. O alerta foi feito pelo senador Ronaldo Cunha Lima(PMDB-PB). O açude Epitácio Pessoa está secando e apenas um quinto de sua capacidade ainda está ocupada.

PÁGINA 4

Rádio Senado leva música e informação a todo o Brasil

Em operação há quase dois anos, a Rádio Senado FM tem sido um importante instrumento para levar, a todo o país (através da sintonia pelo sistema digital), as informações sobre a atividade do Senado. Sua programação, que mistura música, jornalismo e transmissões ao vivo das atividades realizadas no plenário e nas comissões, desperta cada vez mais o interesse do público.

PÁGINA 6

Rádio Senado FM 91,7 Mhz

http://www.senado.gov.br/web/comunica/copres/secs.html

Cabral sugere adoção de fidelidade e voto distrital

Bernardo Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) prioriza a fidelidade partidária e o voto distrital entre as modificações a serem adotadas em uma reforma política. O senador defende essas medidas desde a Constituinte, em 1987, por entender que elas fortalecem os partidos.

– Sempre sustentei que a reforma política deveria ter sido a primeira a ser feita, antes mesmo da previdenciária, administrativa ou fiscal – afirmou.

O senador acredita, porém, que a reforma não deveria se limitar a partidos e eleições. Ele gostaria de ver uma mudança no sistema de governo brasileiro, com a adoção do parlamentarismo.

– Temos que colocar também um freio na classe política, que deve acabar com o hábito de estar sempre mais preocupada com seus interesses pessoais do que coletivos – afirmou Cabral.

Perguntado sobre como esse "freio" seria colocado, o senador foi taxativo:

– Da mesma maneira como foi feito com os anões do Orçamento.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO

10h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Sexta-feira (23.10.98)
9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (26.10.98)
14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (27.10.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos

Quarta-feira (28.10.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; *PDL nº 112/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bebedouro (SP); *PDL nº 113/97, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batosta Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catalão (GO); e *PDL nº 121/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará (PR)

Quinta-feira (29.10.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta - *PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas

Sexta-feira (30.10.98)
9h - Sessão não deliberativa

Dutra quer punir como fraude erros das pesquisas

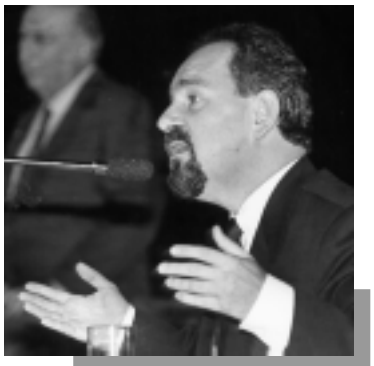
Projeto do senador responsabiliza institutos de opinião que divulguem levantamentos com resultados muito diferentes dos votos apurados

As pesquisas eleitorais divulgadas nos cinco dias anteriores às eleições, que apresentem diferença em relação ao resultado superior à margem de erro prevista pela empresa pesquisadora, poderão ser consideradas fraudulentas. É o que prevê projeto de lei apresentado ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele sustenta que o risco de punição evitará possíveis manipulações de pesquisas para influenciar os eleitores.

– Vimos neste ano diferenças gritantes entre algumas pesquisas de última hora e o resultado das eleições, inclusive para senador. Todos nós sabemos que as pesquisas podem induzir os eleitores – justificou.

Além de estabelecer parâmetros para apontar uma pesquisa como fraudulenta, o projeto de José Eduardo Dutra proíbe a divulgação de pesquisas nos dois dias anteriores à eleição e até o fechamento das urnas. Ele não acredita que o projeto irá ferir a liberdade de imprensa por impedir a divulgação de pesquisas nas vésperas das eleições. "A liberdade de comunicação não pode servir de biombo para a perfídia que visa macular o processo eleitoral", afirmou.

O senador lamentou que emissoras de rádio e televisão tenham divulgado pesquisas de "boca de urna" logo após as 17 horas do último dia 5, quando em muitos estados do Norte e Centro-Oeste a votação só seria encerrada de uma a três horas depois. Nesses estados, afirmou Dutra, o presidente Fernando Henrique Cardoso teve votações mais elevadas. "Quantos eleitores mudaram o voto por causa da pesquisa de "boca de urna?", questionou.


José Eduardo Dutra pretende proibir divulgação de pesquisas dois dias antes das eleições

Jefferson defende financiamento público

Jefferson denuncia "conúbio espúrio" entre empresas e políticos

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu ontem o financiamento público para as campanhas eleitorais, com um valor que assegure aos partidos recursos mínimos para custear a disputa. Para ele, este é o ponto principal da reforma política que espera ver realizada pelo Congresso Nacional.

Jefferson Péres denunciou a existência de um "conúbio espúrio entre empresas e políticos", a ser eliminado com a aprovação do financiamento público de campanha, instrumento que daria, no entender do senador, mais transparência ao processo.

– Atualmente, há um desvirtuamento brutal do processo eleitoral, com campanhas cada vez mais caras, favorecendo quem dispõe de apoio da máquina administrativa e de acesso a financiamentos empresariais – comentou.

A instituição do voto distrital misto mereceu ressalvas do senador amazonense. Segundo ele, a sua implantação deve ser precedida de cautela para que se evitem distorções na representação dos estados menos populosos. Ele cita o caso do Amazonas, que possui 1,5 milhão de Km², e poderia ser dividido em quatro "enormes distritos eleitorais" com população extremamente dispersa.

Diversos senadores manifestaram, em aparte, opinião semelhante. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) admitiu ter dúvidas quanto aos efeitos desta modalidade eleitoral, principalmente no tocante ao perfil do Congresso Nacional a partir de sua implantação. "Não sei se serão garantidas as funções do Congresso, que pode acabar se desvinculando dos reais problemas nacionais." O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ter receio de que os deputados se tornem "deputados distritais", interessados apenas na discussão de questões locais.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), mesmo sendo "simpático à idéia do voto distrital", levantou dúvidas quanto à sua aplicabilidade. "Quem vai definir os distritos?", questiona. Quanto à adoção do sistema de financiamento público para as campanhas, o senador considerou esse o meio mais eficaz de fiscalizar os gastos eleitorais e o abuso do poder econômico.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Suplicy e ACM debatem reeleição para as Mesas do Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, apresentou ontem em plenário consulta sobre a possibilidade de reeleição dos ocupantes de cargos nas Mesas do Senado e da Câmara. Suplicy questiona a reeleição, baseado em pareceres de constitucionalistas.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu encaminhar a consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas opinou que a norma constitucional impede a recondução apenas para uma mesma legislatura (de quatro anos), permitindo a reeleição para a legislatura subseqüente. Há eleição para as Mesas do Senado e da Câmara a cada dois anos.

Suplicy leu parecer do constitucionalista e atual presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no qual ele diz que não há fundamento jurídico na recondução, para o mesmo cargo, nas Mesas do Congresso. Antonio Carlos Magalhães afirmou ter conversado com Michel Temer e ele garantiu que seu trabalho se refere apenas à reeleição dentro de uma mesma legislatura.

O senador paulista também citou parecer do constitucionalista José Afonso Silva, onde ele sustenta que a Constituição, ao prever que fica vedada a "recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente", impede a reeleição até mesmo quando há mudança de legislatura.

Suplicy informou ainda ter recebido de Antonio Carlos Magalhães parecer do ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, do TCU, no qual ele manifesta o entendimento de que é possível a reeleição para as mesas da Câmara e do Senado, desde que haja mudança de legislatura.

NOVA ELEIÇÃO

O presidente Antonio Carlos Magalhães afirmou que a expressão constitucional "eleição imediatamente subseqüente" significa eleição apenas para o segundo período de uma legislatura. "A proibição de reeleição deve ser considerada apenas no segundo período da mesma legislatura. A eleição no primeiro período da legislatura seguinte não é reeleição, mas uma nova eleição", sustentou o presidente.

Antonio Carlos lembrou que o Senado não regulamentou o assunto em seu regimento interno, mas a Câmara já o fez, depois da Constituição de 88. Os deputados decidiram que "não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas". A norma, continuou o presidente, nunca foi questionada.

O senador Pedro Piva (E), ao lado de Antonio Carlos Magalhães, acompanhou os empresários Eugênio Staub e Jacques Rabinovich na visita ao Senado

Empresários querem discutir as dificuldades da indústria

Dirigentes de entidade levam a ACM proposta para resgatar o setor como instrumento de combate ao desemprego e à desigualdade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem um grupo de empresários paulistas ligados ao Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento Industrial (Iedi). Integravam o grupo o presidente da entidade, Eugênio Staub, do grupo Gradiente; Abraham Kasinski, da Copap; Rogério Amato, da Springer; Jacques Rabinovich, do grupo Vicunha, e Andrea Matarazzo.

O objetivo da visita foi levar ao senador Antonio Carlos Magalhães um documento propondo uma agenda de debates sobre o desenvolvimento industrial. "A proposta visa resgatar a indústria como instrumento para gerar riqueza, combater o desemprego e as desigualdades sociais", explicou Staub.

Os empresários estavam acompanhados do senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Participação no PIB caiu de 33% para 24%

O senador Pedro Piva defendeu a necessidade de uma indústria forte e brasileira para garantir o desenvolvimento econômico.

– Não existe país forte sem uma indústria em expansão. No Brasil, ela vem perdendo substância e se descapitalizando. Sua participação no PIB nacional, que, tradicionalmente, era de 33%, hoje não passa de 23% ou 24%. Os motivos são muitos, entre eles, a taxa de juros altíssima e um câmbio desfavorável às exportações – afirmou Piva, reconhecendo que o momento não é muito favorável a mudanças bruscas nesses dois fatores.

Piva enfatizou que o documento entregue a Antonio Carlos não traz medidas concretas para desenvolver a indústria, como projetos de lei ou emendas constitucionais, mas pretende colocar o assunto em debate. "Precisamos resgatar a indústria como elemento de desenvolvimento industrial, mostrando uma visão de futuro para reconhecer que se trata de um instrumento para gerar riqueza, combatendo o desemprego e as desigualdades sociais", disse.

Para o senador por São Paulo, o tema do desenvolvimento industrial não é um assunto para se decidir agora, como é a questão do ajuste fiscal. "Nesse caso, a urgência é grande e, já na próxima quarta ou quinta-feira, o ministro Pedro Malan virá ao Congresso para discutir as medidas que o governo quer adotar. O Congresso será chamado a debater e aprovar essas propostas que virão na forma de medidas provisórias ou projetos de lei", acrescentou.

Guerra apóia prêmio de incentivo à educação

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) elogiou a concessão do Prêmio Incentivo à Educação Fundamental, durante solenidade realizada dia 19 no Palácio do Planalto, em comemoração ao Dia do Professor. A premiação é promovida pelo Ministério da Educação e do Desporto e pela Fundação Santista.

Guerra destacou a administração de Paulo Renato no ministério

Na ocasião, foram lançados oficialmente os parâmetros curriculares nacionais de 5ª à 8ª série e anunciada a difusão, pelas rádios MEC AM/Rio e MEC/AM Brasília, de 47 programas produzidos pela TV Escola. O prêmio de incentivo à educação foi concedido para professores de 1ª à 4ª série do ensino fundamental.

– Como militante da área educacional, parabenizo a atuação do senhor ministro Paulo Renato que, com competência e dedicação, tem administrado a pasta da Educação. Sabemos que a formulação e a implementação de políticas públicas nesse setor é uma tarefa bastante complexa. Isso decorre da dimensão continental de nosso país, das disparidades regionais e desigualdades sociais – disse Paulo Guerra.

Cardinal quer conclusão de trecho da Transpantaneira

O senador Zanete Cardinal (PFL-MT) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos ministros do Planejamento, da Agricultura e dos Transportes em favor da construção de um trecho de 250 quilômetros na rodovia Transpantaneira, destinado a ligar os municípios de Poconé (MT) e Corumbá (MS).

Segundo o senador, a falta do trecho inibe o crescimento econômico da região, que possui um rebanho bovino de 2,4 milhões de cabeças, produção mineral expressiva e potencial turístico inexplorado.

Zanete Cardinal disse, ainda, que o povo pantaneiro aguarda do governo as providências de conclusão da Rodovia Transpantaneira para que haja uma integração econômica entre os municípios de Corumbá, Poconé e Ladário.

Consultor fala de Orçamento e dívida na TV

A relação entre a dívida pública e os cortes no Orçamento de 1998 e 1999 será explicada hoje, na TV Senado, pelo consultor de orçamento do Senado Joaquim Ornelas Neto.

Na entrevista, que vai ao ar às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30, Ornelas sugere também soluções possíveis para sanar os problemas econômicos do Brasil.

Seca ameaça deixar Campina Grande sem água, alerta Ronaldo

Segundo o senador, devem ser adotadas medidas emergenciais para evitar o desabastecimento de uma região onde vivem 500 mil pessoas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) alertou ontem que Campina Grande, a maior cidade do interior do Nordeste, está seriamente ameaçada de um colapso total em seu abastecimento de água. Ele convocou a classe política e os organismos de representação da sociedade, como sindicatos e igrejas, a se mobilizarem para impedir essa crise.

– A omissão nessa hora seria, entre todas, a mais grave das calamidades. Diante do que vejo e antevejo, qualquer acomodação é criminosa. Perdão, a sede não comporta eufemismo – argumentou o parlamentar.

Ele informou que o açude Epitácio Pessoa, conhecido como açude do Boqueirão, está secando, e que, dos seus 536 milhões de metros cúbicos, restam hoje apenas 111 milhões, ou seja, um quinto de sua capacidade. Conforme o senador, as previsões técnicas mais otimistas apontam uma sobrevida de mais dez a 12 meses, mas apenas se forem adotadas logo todas as intervenções emergenciais possíveis.

Ronaldo Cunha Lima: "Visão dantesca de uma tragédia iminente"

Ronaldo considerou preocupantes as simulações técnicas sobre o balanço volumétrico do reservatório, indicadoras de que o trágico desfecho poderá acontecer já nos meses de abril e maio do próximo ano, se até lá não houver chuvas capazes de recompor seu volume. "Estamos assim entregues ao deus-dará porque não se sabe se Deus dará chuva e chuva suficiente para salvar o açude que irá nos salvar", observou o senador.

O parlamentar afirmou que, até o dia 19 de março (dia de São José), a população se desespera ante a ameaça de catástrofe. Ele disse que, se isso acontecer, seis cidades situadas na linha direta das adutoras desse reservatório ficariam sem água e sem viabilidade para investimentos. São elas: Campina Grande, Boqueirão, Queimadas, Pocinhos, Boa Vista e Caturité, com um contingente de aproximadamente 500 mil pessoas. "É a visão dantesca de uma tragédia iminente. É horrível imaginá-la, quanto mais vivê-la", advertiu o senador.

Para Ronaldo Cunha Lima, a grande solução para o problema seria a transposição das águas do rio São Francisco. Ele considera essa obra barata, racional e definitiva. "Se o governo tem rios de dinheiro para salvar bancos, deve ter dinheiro para um rio que vai salvar vidas", sugeriu o parlamentar. Argumentou que, seja qual for a solução, deve ser adotada urgentemente, visto que medidas de emergência são impositivas, enquanto não se iniciam as definitivas.

Tema provoca debate no plenário

Ao apartear o discurso com que Ronaldo Cunha Lima alertou para a escassez de água que ameaça de colapso a cidade de Campina Grande (PB), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que esse problema começa a incomodar o mundo inteiro. "Sou um dos parlamentares que se preocupa com o tema água e sei o quanto isso é grave", disse o senador.

Cabral informou que vários países da África brigam hoje não para ampliar seus limites territoriais, mas por filetes de água, a fim de garantir a sobrevivência de suas populações. Sustentando que a água não é um bem infinito, ele adiantou que os Estados Unidos estão testando uma nova técnica para dessalinizar água salgada, uma vez que a potável começa a faltar.

Lembrando que pertence a um estado que tem um quinto da água doce do mundo, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também aparteou Ronaldo Cunha Lima para dizer que "nem por isso deixa de ser trágica a situação dos amazônicos, mas por motivos opostos", observou Jefferson.

Edison Lobão (PFL-MA) também fez um aparte para alertar que, se o governo do seu estado não tomar providências eficazes, a população vai perder o rio mais importante do estado. "Cumprimento V. Exa. pela coragem", disse Lobão a Ronaldo Cunha Lima.

Kleinübing receberá voto de pronto restabelecimento

Um voto de pronto restabelecimento será enviado pela Mesa do Senado Federal ao senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), internado desde sábado em Florianópolis, devido a complicações advindas de um câncer no pulmão. O pedido para o envio do voto foi formulado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e aprovado por unanimidade pelo plenário.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Mesa se solidarizava com Cabral e que tomaria as providências necessárias para que chegasse ao senador "a manifestação unânime para o restabelecimento de sua saúde". Antonio Carlos acrescentou que a Mesa do Senado já fizera todo o possível para auxiliar no tratamento de Kleinübing, "inclusive contatos nos Estados Unidos para a vinda de médicos especialistas ao Brasil". O presidente do Senado salientou também a ajuda prestada pela embaixada brasileira nos Estados Unidos.

Vilson Kleinübing está internado desde sábado em Florianópolis

Fala, cidadão

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800-61-2211

Wagner Scavone, de Campinas, São Paulo.

Um país tão grande como o Brasil precisa importar arroz? A pergunta é dirigida ao senador Lauro Campos (PT-DF).

Para Lauro Campos, fim das importações depende da mudança da estrutura fundiária

Lauro Campos: Parece-me que este não é um enigma difícil de ser desvendado. Um país com a extensão do Brasil – 8,4 milhões de km² – deveria ser um grande exportador de arroz. Não é, porque a estrutura fundiária brasileira é arcaica e altamente conservadora.

Os Estados Unidos, por exemplo, não seriam a grande potência que são hoje se não tivessem feito uma reforma agrária permanente. A lei "Homestead", do século passado, garantiu a cada colono que chegou aos Estados Unidos entre 1890 e 1930 – aproximadamente 32 milhões de pessoas – 170 acres, ou seja, cerca de 70 hectares. De modo que, com isso, os Estados Unidos puderam desenvolver grandemente sua agricultura e criar uma base sólida para abastecer, inclusive, outros países com cereais.

Foram também os próprios Estados Unidos, as tropas americanas que ocuparam o Japão depois da 2ª Guerra Mundial, que fizeram a última reforma agrária naquele país. E não foi para dividir terras, porque a extensão média da propriedade de uma fazenda no Japão é de apenas 8 mil m². A reforma foi feita com outros objetivos, inclusive o de reduzir as tropas norte-americanas, porque os Estados Unidos sabem que reforma agrária não tem nada de revolucionário.

Então, não é possível que o Brasil tenha que chegar a uma situação como a do México, onde uma revolução com milhares de mortos teve de ocorrer para que a reforma agrária se processasse. Sem dúvida alguma os fazendeiros brasileiros vinculados à União Democrática Ruralista, esses que se apropriaram dos latifúndios, constituem o segmento mais reacionário do mundo. Num país com altos índices de desemprego e em que falta arroz, a população quer trabalhar, quer plantar, mas não pode, porque existem os latifúndios, que são os herdeiros das capitanias hereditárias e que impedem o acesso dos trabalhadores à terra. Então nós estamos num espetáculo completamente irracional: pessoas querendo trabalhar, mas sem emprego, sem terra, e sendo acoimadas, xingadas de vagabundas, de desordeiras, quando, na verdade, elas querem garantir o direito constitucional ao trabalho.

A Constituição de 1946 já assegurava a reforma agrária, mas ela não foi feita. Existem trabalhadores há 42 anos esperando por essa reforma. Isso é ter paciência demais!

Para resolver esse problema, o que falta realmente é vontade política. Pelo menos 30% dos recursos destinados à reforma agrária foram devolvidos. Por quê? Naturalmente para aumentar o superávit primário, atrair o capital especulativo internacional e conseguir mais dinheiro para pagar a dívida pública e socorrer bancos.

Suplicy pede informações sobre licitação da Anatel

Senador estranha que abertura das propostas para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado tenha sido realizada no Rio de Janeiro

Suplicy quer esclarecimentos do ministro das Comunicações

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento solicitando ao ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, informações sobre o comportamento da Anatel na abertura dos envelopes da licitação para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, em 2 de dezembro do ano passado. O parlamentar quer saber que critérios técnicos embasaram a decisão de abrir esses envelopes na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Suplicy indaga qual foi o fundamento para que a abertura dessas propostas não pudesse ter sido realizada nas dependências da Anatel, em Brasília, nos moldes da ocorrida quando da licitação para exploração da Banda B da telefonia celular. Ele deseja saber também qual o custo estimado para o deslocamento do corpo técnico, materiais e equipamentos de Brasília para o Rio de Janeiro, para a abertura das propostas técnicas e de preço nessa licitação.

Outra questão é qual o valor total pago à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pela cessão de suas dependências; e para a Câmara de Liquidação e Custódia do Rio de Janeiro, pelo serviço de depósito das garantias necessárias para participação na licitação. Em sua justificativa, Suplicy disse ter informações indicativas de que não há razão técnica aparente para explicar o procedimento da Anatel.

– A Anatel dispõe de dependências adequadas para a realização da licitação, que não previa negociação de ações, mas apenas concessão de serviço público à iniciativa privada. Desse modo, o requerimento visa esclarecer essa situação, para que não pese sobre a agência nenhuma dúvida quanto aos seus procedimentos – argumentou o parlamentar.

Senador elogia trabalho de Yoko Ono

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao plenário que, a convite do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, almoçou ontem com a artista plástica Yoko Ono, a quem elogiou pelo apelo universal de seu trabalho. "Você é uma mulher global no melhor sentido da palavra", disse Suplicy à viúva de John Lennon.

Yoko respondeu que o ex-beatle já tinha antecipado o fenômeno da globalização quando compôs a canção *Imagine*, preconizando um mundo sem fronteiras, onde todas as pessoas viveriam "o dia de hoje" sem culpa e em paz.

A artista revelou que conheceu o filho de Suplicy, o roqueiro Supla, nos Estados Unidos, dizendo que é parecido com o pai. Disse também que o filho dela, Sean, tem muito interesse por música brasileira.

Suplicy afirmou ter deixado o almoço bem impressionado com a artista, cujo trabalho considera comovente e capaz de falar a todos os povos do mundo.

TV Senado debate direitos humanos

O qüinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos será comemorado pela TV Senado com a transmissão de um debate entre o consultor jurídico do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Tarcísio Dal Maso, e o pesquisador da Universidade de Essex, na Inglaterra, Iain Byrne.

Para Dal Maso, o Brasil progrediu na institucionalização dos direitos humanos nos últimos anos, por meio da criação de leis e de comissões responsáveis pela questão. Mas, no plano dos fatos, verifica-se uma constante violação dos direitos sociais, econômicos e culturais. Maso e Byrne destacaram o importante papel das organizações não-governamentais no acompanhamento desses fatos e na pressão para que o governo contenha o aumento da violência.

No debate, que vai ao ar hoje às 13h30, 19h30 e 23h, os convidados defenderam, ainda, medidas para erradicar a miséria e para garantir o direito à terra.

Marina deplora manipulação da fé nas eleições do Distrito Federal

Marina vê desrespeito à democracia e a evangélicos

Todas as pessoas que professam uma fé têm o direito de manifestar suas opiniões políticas, mas o que está ocorrendo em Brasília é manipulação da fé, o que é inadmissível do ponto de vista da democracia e do respeito ao povo evangélico, disse ontem a senadora Marina Silva (PT-AC). O registro foi feito a propósito de material de campanha do candidato Joaquim Roriz dirigido aos evangélicos, particularmente o panfleto *A Face Oculta do PT*, publicado pelo suposto Instituto de Teologia Mundial, em que o governador Cristovam Buarque e seu partido são associados ao mal, ao demônio "e outras asneiras".

Segundo Marina, os evangélicos não têm a prática de fazer exegeses da Bíblia e, conforme o pastor Peniel Pacheco, candidato a vice-governador na chapa do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), o panfleto contra o PT "coloca os evangélicos em situação constrangedora".

Outro aspecto desse tipo de campanha, chamada pela senadora de "terrorismo", está, explicou ela, em que os adversários do atual governador do Distrito Federal comportam-se como "profetas de encomenda, figuras rechaçadas na Bíblia".

Afirmando-se como católica que se identificou com o PT em sua trajetória cristã, Marina Silva destacou que, na Bíblia, os profetas de encomenda são os que, ao tentar amaldiçoar o povo de Israel, tiveram de transformar a maldição em bênção. "É o que espero: que todas as mentiras e calúnias contra Cristovam se transformem em bênção".

Quanto às associações feitas ao 13, número com que Cristovam concorre à reeleição, a senadora recomendou a leitura do Salmo nº 13, em que se lê: "Até quando se exaltará sobre mim o meu inimigo?" Ou, nas palavras da própria Marina: "Até quando, meu Deus, irás permitir que meus adversários fiquem assacando contra minha honra?"

Na opinião da senadora, os adversários do candidato do PT entraram na disputa política para desejar o mal, tanto que "não dizem o bem que desejam fazer".

Para Odacir, tratado da Amazônia é precursor do Mercosul

Odacir aponta importância da cooperação amazônica

O senador Odacir Soares (PTB-RO) registrou o 20º aniversário do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que considera "o precursor do Mercosul", comemorado no último dia 3 de julho. O senador aproveitou para informar que a Secretaria Permanente do TCA deverá funcionar em Brasília a partir de 1999 e que o Itamaraty já está tomando as providências necessárias a sua implantação.

Odacir Soares disse ter a convicção de que o Tratado de Cooperação Amazônica é um dos instrumentos para que se cumpra a Constituição e se alarguem o entendimento, o trabalho conjunto e a troca de informações técnico-científicas e político-administrativas em favor dos países amazônicos.

O TCA, na avaliação de Odacir Soares, é um exemplo "até certo ponto curioso e ao mesmo tempo estimulante" de como cientistas, estudiosos, políticos e governantes dos oito países signatários já se manifestavam, há 20 anos, compromissados em torno de linhas de pensamento e ação para a promoção do desenvolvimento harmônico de seus territórios, sob o compromisso da preservação ambiental. Os oito países signatários do tratado são Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O senador disse que o objetivo principal do tratado, firmado em julho de 1978, era o de configurar uma aliança entre os países signatários. "Era necessário que se mostrassem fortes o suficiente para enfrentar as ameaças constantes, veladas ou não", observou. Entre essas ameaças, afirmou Odacir Soares, está a da internacionalização da Amazônia, que, vez por outra, reaparece.

Rádio Senado leva cidadania a todo o país

Inaugurada em janeiro de 1997, a emissora divulga por freqüência modulada e por satélite debates e votações no plenário e nas comissões, além de música predominantemente brasileira, a uma audiência espalhada pelo território nacional

De Chapadão do Sul (MS) a Seropédica (RJ). De Pimenta Bueno (RO) a São João do Piauí (PI). De Cornélio Procópio (PR) a Cerro Grande do Sul (RS), passando por Brasília e todas as comunidades do Entorno do Distrito Federal. Em comum, esses pontos do território brasileiro têm a língua, acesso em graus variados aos meios de comunicação de massa e a presença crescente da Rádio Senado FM, um canal de fortalecimento da cidadania que vem registrando audiência crescente.

Inaugurada em 29 de janeiro de 1997, a emissora funciona no edifício do Senado Federal, em Brasília, e tem uma programação eclética, onde a prioridade é a transmissão ao vivo dos trabalhos da Casa, sejam os debates e votações do plenário, sejam as atividades das comissões técnicas e especiais. Além disso, a emissora usa sua potência irradiada de 25 KW para transmitir informativos e boletins de utilidade pública, programas culturais em linguagem acessível para os leigos e música – muita e predominantemente brasileira.

Em fevereiro de 97, apenas um mês depois de inaugurada, a emissora já marcava presença na pesquisa Ibope de audiência radiofônica, lembra o jornalista Sílvio Hauagen, diretor da Rádio Senado. Desde então e sem qualquer concessão a interesses comerciais, a rádio cresceu de forma permanente no interesse e na audiência dos ouvintes, acrescenta, ostentando hoje a condição de emissora mais qualificada no segmento. Levantamento feito em janeiro passado mostrou que 42% dos ouvintes têm curso superior completo, 84% situam-se na classe social AB e 86% são economicamente ativos.

O sinal da emissora pode ser sintonizado em todo o Distrito Federal e seu Entorno, composto por 42 municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Além disso, a rádio é provedora do sistema Radiosat Digital. Isso significa, na prática, que a programação da Senado FM pode ser retransmitida por qualquer emissora do país que possua uma antena parabólica compatível com o sistema. Os informativos, destaca Hauagen, são retransmitidos por mais de 50 emissoras em todo o país, entre elas 27 da Rede Católica de Rádio, a Nacional da Amazônia e a Nacional de Brasília, além de diversas outras rádios que acessam o Serviço Informativo 24 horas (0800-61.4455) ou recebem boletins específicos, como a Estácio, do Rio de Janeiro.

As consultas mais freqüentes sobre as atividades dos senadores e as deliberações da instituição, que se apresentam diariamente, vêm majoritariamente das pequenas localidades do interior do país, além de assessorias em assembléias legislativas e câmaras de vereadores, profissionais de diversas áreas de atuação, nos setores público e privado, e cidadãos que vêm fazendo uso crescente dos canais de comunicação abertos pelo Senado para informar e ouvir a sociedade.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Especializada
07h30 - *Especial Unip* - o médico Dráuzio Varela entrevista Sérgio Simon. sobre "câncer"
07h55 - Senado em Pauta
8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Rio de Janeiro
9h30 - *Entrevista* com o consultor de Orçamento do Senado, Joaquim Ornelas Neto, sobre orçamento e dívida pública
10h - Sessão plenária (ao vivo) - Não Deliberativa
12h - *Cores do Brasil* - a serra dos Órgãos
12h30 - *Entrevista* com o consultor de Orçamento do Senado, Joaquim Ornelas Neto sobre orçamento e dívida pública
13h - *Cores do Brasil* - Pernambuco
13h30 - *Debate* - O pesquisador da Universidade de Essex (Inglaterra), Iain Byrne, e o consultor jurídico do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Tarcíso Del Maso Jardim, debatem sobre direitos humanos
14h30 - Plenário (reapresentação)
18h30 - *Entrevista* com o consultor de Orçamento do Senado, Joaquim Ornelas Neto, sobre orçamento e dívida pública
18h55 - Senado em Pauta
19h - *Cores do Brasil* - o Ceará
19h30 - *Debate* - O pesquisador da Universidade de Essex (Inglaterra), Iain Byrne, e o consultor jurídico do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Tarcíso Del Maso Jardim, debatem sobre direitos humanos
20h30 - *Entrevista* com o consultor de Orçamento do Senado, Joaquim Ornelas Neto, sobre orçamento e dívida pública
21h - Jornal do Senado
21h15 - *Espaço Cultural* - Apresentando "Jovens Concertistas Brasilienses"
22h - *Cores do Brasil* - o oeste baiano
22h30 - *Especial/UNIP* - o médico Dráuzio Varela entrevista Carlos Souza Dias sobre "estrabismo"
22h55 - Senado em Pauta
23h - *Debate* - O pesquisador da Universidade da Inglaterra, Iain Byrne, e o consultor jurídico do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Tarcíso Del Maso Jardim, debatem sobre direitos humanos
0h - *Entrevista* - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista o médico Arnoldo Velloso sobre Medicina Ortomolecular
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Reprise da sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e Informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/ Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

- Informações técnicas:
- Freqüência de recpção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

I Seminário de Comunicação Legislativa

De 16 a 18 de Novembro
Auditório Petrônio Portella
SENADO FEDERAL

Promoção SECS
Realização RELAÇÕES PÚBLICAS

Informações e Inscrições:
Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal
Fone:0800-61 2211, fax 311-1067
www.senado.gov.br

Agripino propõe novos critérios para refinanciamento de dívidas

Senador pretende alterar a Resolução nº 78, estabelecendo duas modalidades para operações relacionadas ao pagamento de precatórios

O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou projeto de resolução que estabelece novas modalidades para o refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, municípios e Distrito Federal para pagamento de precatórios (dívidas judiciais). Pelo projeto, fica suprimido o pagamento à vista, e haverá somente dois prazos para esse tipo de refinanciamento: de 30 anos, para pagamento de precatórios regulares, e de dez anos, para os títulos que não apresentam documentação exigida por lei.

O projeto do senador modifica um artigo da Resolução nº 78 do Senado, que trata das operações de crédito interno e externo de estados, municípios e Distrito Federal, limitando a emissão de títulos para evitar o aumento da dívida pública. Pela resolução, os títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios judiciais deverão ser resgatados em seu vencimento, ou seja, pagos à vista.

Os demais prazos da atual legislação são idênticos aos que propõe o senador. Para o refinanciamento dos títulos regulares, o prazo é de 30 anos e, para os que não têm documentação satisfatória, o refinanciamento pode ser feito em dez anos. O senador mantém ainda a exigência estabelecida pela resolução atual, que proíbe a emissão de novos títulos da dívida pública até o dia 31 de dezembro de 2010, abrindo exceção somente para o montante necessário ao refinanciamento do principal da dívida, devidamente atualizado.

Agripino afirma que muitos estados e municípios não terão como cumprir as normas atuais

Para Agripino, seu projeto faz justiça e dá isonomia de tratamento para os títulos emitidos após dezembro de 1995, evitando que estados e municípios quebrem.

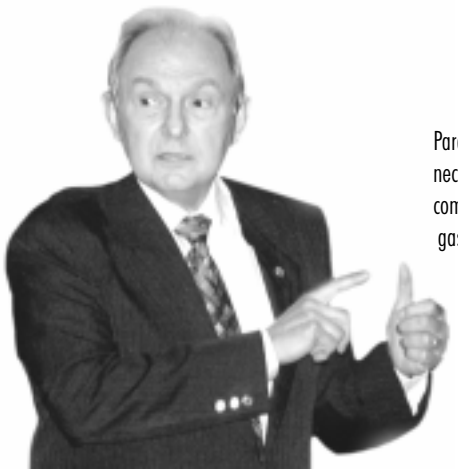
– A resolução atual manda que esses títulos para pagamento de precatórios sejam pagos à vista. Mas muitos estados e municípios não vão ter dinheiro para isso, o que acabará gerando a necessidade de criar novos precatórios, prejudicando o objetivo do governo de conter o déficit público – afirmou.

A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois encaminhada ao plenário. Os títulos para pagamento de precatórios emitidos após 13 de dezembro de 1995 foram muito questionados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou irregularidades na emissão desses papéis. Por esse motivo, surgiu a proibição, na Resolução 78, de refinanciar esses títulos, além da exigência de resgate na data do seu vencimento.

Os governos que emitiram esses papéis, observou o senador, já foram punidos pelas irregularidades cometidas.

– Os novos governadores não podem ser punidos por atos realizados no passado. Meu objetivo é político e administrativo, mas é sobretudo pragmático, pois abre a perspectiva de refinanciamento, no prazo de dez anos, para os títulos emitidos após dezembro de 95 – observou José Agripino.

Para o refinanciamento de 30 anos, o senador mantém as exigências de comprovação da regularidade da emissão dos títulos, mediante apresentação de documentação demonstrando a exigência dos precatórios, no dia 5 de outubro de 1998, e seu enquadramento nas disposições transitórias da Constituição, que fixam prazos e critérios para o pagamento. Os títulos que não cumprirem essas determinações é que poderão ser refinanciados, em parcelas mensais e sucessivas, no prazo de dez anos.



Para Cabral, é necessário acabar com o "carnaval de gastos públicos"

Cabral não quer medidas que prejudiquem assalariado

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), criada para ser um imposto temporário, esteja se tornando a salvação para o déficit público brasileiro. O comentário do senador baseia-se na possível elevação da alíquota do imposto de 0,2% para 0,3%, que está sendo estudada pela área econômica do governo.

– A elevação da CPMF vai pesar mais sobre a classe média, que é quem emite mais cheques – ponderou.

Para o ajuste fiscal, Cabral considera fundamental saber de que forma o capital especulativo internacional que entra no país será taxado. Ele também tem dúvidas quanto à eficácia da taxação de grandes fortunas. O senador afirmou não estar seguro de que o resultado desse novo imposto fique além do que analistas projetam.

Cabral não quer que o servidor público e os assalariados sejam mais uma vez atingidos pela alta de impostos. Ele se disse favorável a um ajuste fiscal e a uma reforma tributária que acabem, de uma vez por todas, com o "carnaval dos gastos públicos", em que as despesas sempre superam a arrecadação.

Senador critica atraso do Orçamento

"É uma pena que a remessa do projeto de orçamento não seja tão diligente quanto a ida das nossas autoridades ao Fundo Monetário Internacional." A afirmação é do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que criticou o "mau hábito" do Executivo de enviar a proposta orçamentária ao Congresso com atraso.

Para Cabral, apenas os otimistas acreditam que o Orçamento para 1999, a ser encaminhado pelo governo federal ao Congresso nas próximas semanas, terá tramitação breve.

– Quem é realista sabe que muitos parlamentares não vão ficar de acordo com cortes em suas emendas pessoais – disse.

Para Alcântara, votação do ajuste deve considerar interesse nacional

Alcântara deseja que as medidas sejam "claras e sem truques"

A situação atual da economia brasileira e suas conseqüências sobre a sociedade exigem que, no momento da discussão e votação das medidas fiscais, senadores e deputados "deixem de lado partidos e divergências e examinem o assunto do ponto de vista do interesse nacional", disse o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele preferiu não se manifestar sobre as medidas que vêm sendo antecipadas pela imprensa, como o aumento da alíquota da CPMF e a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados.

– Só posso adiantar que aumentar impostos hoje no Brasil é complicado – garantiu.

Uma vez que o Congresso Nacional ainda desconhece as medidas do ajuste fiscal, Alcântara observou que neste momento talvez seja melhor adotar-se um estilo mais discreto, "inclusive para evitar que os *lobbies* tentem influenciar na escolha das propostas".

– No entanto, quando forem enviadas ao Legislativo, espero que o presidente da República entenda que o Congresso poderá modificá-las – frisou o senador.

O importante para Alcântara é que, quando esse conjunto de medidas for apresentado à nação, "venha claro e sem truques".

PINOCHET

Sobre o processo de extradição para a Espanha e a prisão em Londres do ex-ditador chileno Augusto Pinochet, o senador propõe que a questão seja vista sob dois ângulos. O primeiro considera o desempenho do general como alguém que contribuiu para asfixiar a democracia em seu país e foi, no mínimo, conivente com um grande número de atentados aos direitos políticos e democráticos dos chilenos. Sob este aspecto, Alcântara concorda que "Pinochet merece a condenação".

Quanto aos aspectos jurídicos, Alcântara disse concordar com a declaração de Fidel Castro, que considerou a prisão "ilegal". Para ele, antes de as medidas serem efetivadas, é preciso observar a necessidade do julgamento e o direito de defesa do acusado.

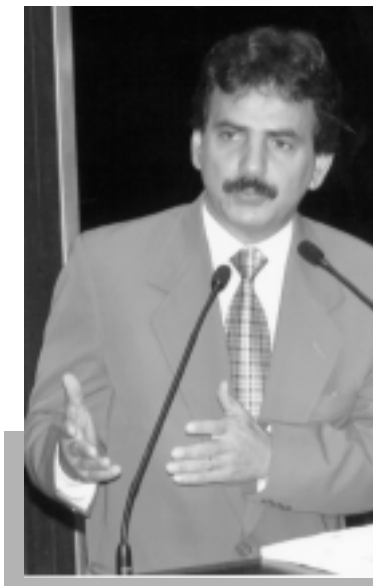
Ademir defende demarcação das terras indígenas

Senador paraense pede ação imediata do governo federal para evitar a invasão das reservas dos índios por trabalhadores rurais pagos por grandes empresas para derrubarem árvores e venderem a madeira

Urgente demarcação de todas as terras indígenas, com o objetivo de conter o tráfico de madeiras nobres da Amazônia. É o que cobra do governo federal o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Segundo ele, as áreas destinadas aos índios estão sendo invadidas por trabalhadores rurais que recebem dinheiro das grandes madeireiras para derrubar árvores e vender a madeira.

Ademir disse que os índios acabam permitindo a presença dos empresários no seu território na expectativa de ganhar algum dinheiro e melhorar sua condição de vida. Na opinião do senador, a única saída para acabar com esse problema seria o governo federal criar condições para ensinar o índio a trabalhar e garantir seu próprio sustento nas terras já demarcadas, explorando o beneficiamento da castanha-do-pará, por exemplo, em agroindústria comunitária, produzindo óleo e outros derivados. O índio hoje, informou, vende simplesmente a castanha em caroço.

– Enquanto isso, grandes proprietários rurais e madeireiros estimulam e financiam a invasão das terras ainda não demarcadas mas em poder dos índios, bancando a estada do trabalhador rural nessas áreas para que negociem a madeira retirada – acrescentou.



Ademir sugere que o governo oriente os índios a beneficiarem produtos nativos

Alcântara quer reservas protegidas contra incêndio

Em apelo dirigido ao ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, e ao presidente do Ibama, Eduardo Martins, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem uma decisão política do governo federal no sentido de proteger os parques e florestas nacionais contra incêndios. "Eles são um dado novo na agenda de problemas brasileiros", enfatizou.

No Ceará, a Floresta Nacional do Araripe está sendo agora destruída por 20 focos de incêndio, à semelhança do que ocorreu, também neste ano, com reservas florestais do estado de Roraima e do Distrito Federal, disse o senador. Na opinião de Alcântara, o Ibama está desaparelhado para enfrentar o problema, e a cada ocorrência de incêndio tem de recorrer aos bombeiros, despreparados no combate desses sinistros em áreas rurais.

As perdas em recursos naturais da rica biodiversidade nacional exigem, no entendimento do senador, que as autoridades públicas saiam "de uma certa acomodação em relação ao problema".

Suplicy discute na Argentina medidas contra a pobreza

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) justificou ontem, em plenário, a sua ausência do Brasil entre os dias 18 e 20 deste mês. Ele esteve em Buenos Aires, participando do "Fórum da América Latina e Caribe sobre Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade", a convite do Banco Mundial.

Suplicy informou que participaram desse encontro 50 membros de partidos políticos, do mundo acadêmico, de centros de pesquisas, de organizações governamentais e não-governamentais, dos meios empresariais, de sindicatos, igrejas e da sociedade civil. E acrescentou que foram discutidas as medidas que deverão ser adotadas para garantir um modelo de desenvolvimento mais eqüitativo para a América Latina e Caribe.

Projeto remunera empregado por tempo gasto no trajeto até o trabalho

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que inclui na jornada normal o tempo gasto pelo empregado durante o percurso até o local de trabalho de difícil acesso. O projeto modifica a redação de um artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e já tem parecer favorável do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A proposta estabelece que "o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho". Havendo transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, será computado somente o tempo referente ao trecho não alcançado pelo transporte público.

Segundo o autor do projeto, já existe jurisprudência reconhecendo o direito dos trabalhadores à remuneração das horas gastas com a condução fornecida pelo empregador até o local de trabalho. "Trata-se de um direito consolidado por reiteradas decisões judiciais, pois durante o tempo gasto no itinerário o trabalhador já se encontra à disposição do empregador", justifica José Ignácio.

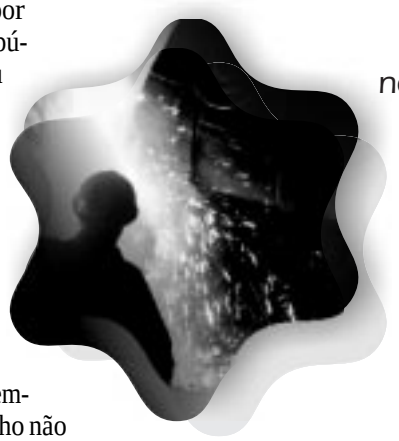
Essa orientação, observou, faz parte de um enunciado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas tem tido freqüentes decisões contraditórias nas instâncias inferiores da Justiça do Trabalho. Segundo José Ignácio, isso vem ocorrendo devido à falta de uma norma específica sobre essa questão na legislação trabalhista.

– Acreditamos que a aprovação de nossa proposta pode contribuir para agilizar as decisões judiciais, dependentes, muitas vezes, de demoradas discussões doutrinárias e de levantamentos de jurisprudência exaustivos – observou.

Para o relator do projeto, Casildo Maldaner, o reconhecimento desse direito dos trabalhadores é uma decisão de bom senso e necessária, pois a situação atual "vem gerando efeitos negativos nas relações trabalhistas".

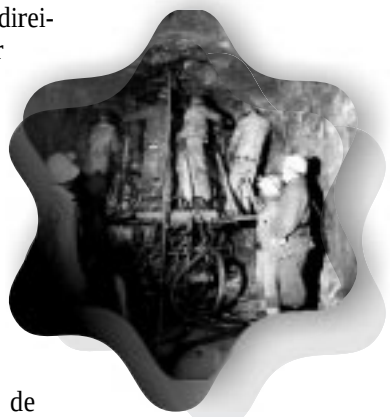
Transporte na jornada

Veja o que diz o projeto do senador José Ignácio



Seria incluído na jornada normal o tempo gasto pelo empregado para ir e voltar do trabalho, em local de difícil acesso, desde que em condução fornecida pelo empregador.

O projeto modifica a redação de um artigo da Consolidação das Leis do Trabalho.



Já existe jurisprudência no TST, reconhecendo o direito dos trabalhadores à remuneração das horas gastas com a condução fornecida pelo empregador até o local de trabalho.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima